



Ventos de São
Canuto IV Energias
Renováveis S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações no patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A. Maracanaú - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Imobilizado	
Veja a Nota 7 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui imobilizado líquido no montante de R\$ 36.284.950, divulgado na Nota explicativa nº 07.</p> <p>A Companhia até o momento não iniciou suas operações e dessa forma suas principais operações referem-se a aquisições de ativo imobilizado. Tendo em vista a relevância dos valores envolvidos, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- Entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação, reconhecimento e mensuração dos bens do imobilizado;- Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício para analisar se a natureza dos gastos são condizentes com ativo registrado;- Avaliamos ainda a adequação das informações divulgadas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o imobilizado e as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais tomadas em conjunto.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 19 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5



Diégo Feliciano Irineu
Contador CRC 1SP223212/O-2

Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2022	31/12/2021	Passivo	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.862	494.250	Fornecedores		33.973	49.827
Aplicações financeiras	5	20.873.718	-	Empréstimos e financiamentos	8	27.764.895	-
Impostos a recuperar		308	172	Mútuos com partes relacionadas		-	4.935.875
Adiantamento a fornecedores		532.965	-	Partes relacionadas - outras contas a pagar	12	407.776	78.018
Outros créditos		224.000	-	Obrigações fiscais		169.464	207
Partes relacionadas - outros créditos	13	2.479.658	68.908	Obrigações trabalhistas		14.369	-
Despesas antecipadas	6	278.970	1.209	Outras contas a pagar		887.064	-
Total do Ativo Circulante		24.401.481	564.539	Obrigações com arrendamento	7	5.726	-
Despesas antecipadas	6	320.050	4.275	Total do Passivo Circulante		29.283.267	5.063.927
Realizável a longo prazo		320.050	4.275			-	-
Imobilizado	7	36.284.950	26.126.061	Total do Passivo Não circulante		-	-
		36.284.950	26.126.061	Patrimônio líquido			
Total do Ativo Não Circulante		36.605.000	26.130.336	Capital social	9	33.266.052	22.107.525
				Adiantamento para aumento de capital	9	780.000	-
				Prejuízos acumulados		(2.322.838)	(476.577)
				Total do Patrimônio líquido		31.723.214	21.630.948
				Total do Passivo		29.283.267	5.063.927
Total do Ativo		61.006.481	26.694.875	Total do Passivo e Patrimônio líquido		61.006.481	26.694.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Despesas gerais e administrativas	10	<u>(1.095.988)</u>	<u>(341.869)</u>
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		<u>(1.095.988)</u>	<u>(341.869)</u>
Receitas financeiras	11	2.276	2.291
Despesas financeiras	11	<u>(546.473)</u>	<u>(136.449)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(544.197)</u>	<u>(134.158)</u>
Resultado antes dos tributos sobre lucro		(1.640.185)	(476.027)
Imposto de renda e contribuição social correntes	14	<u>(206.076)</u>	<u>(550)</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(1.846.261)</u></u>	<u><u>(476.577)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado do exercício	<u>(1.846.261)</u>	<u>(476.577)</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(1.846.261)</u>	<u>(476.577)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Canuto IV Energias Renovaveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Notas	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Capital subscrito	9	23.107.525	(23.107.525)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	22.107.525	-	-	22.107.525
Adiantamento para aumento de capital		-	-	-	-	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	(476.577)	(476.577)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>23.107.525</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>-</u>	<u>(476.577)</u>	<u>21.630.948</u>
Saldos em 01 de janeiro de 2022		<u>23.107.525</u>	<u>(1.000.000)</u>	<u>-</u>	<u>(476.577)</u>	<u>21.630.948</u>
Capital subscrito	9	10.158.527	(10.158.527)	-	-	-
Capital integralizado	9	-	11.158.527	-	-	11.158.527
Adiantamento para aumento de capital	9	-	-	780.000	-	780.000
Prejuízo do exercício		-	-	-	(1.846.261)	(1.846.261)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>33.266.052</u>	<u>-</u>	<u>780.000</u>	<u>(2.322.838)</u>	<u>31.723.214</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício		(1.846.261)	(476.577)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	7	16.097	-
Juros sobre arrendamentos	7	430	-
Juros e IOF sobre mútuo		-	135.875
Resultado da baixa de imobilizado	7	16.847	-
Rendimento de aplicações financeiras		(2.275)	2.291
Imposto de renda e contribuição social	14	206.076	-
		(1.609.086)	(338.411)
Variações nos ativos e passivos			
Impostos a recuperar		(136)	(172)
Adiantamentos a fornecedores		(532.965)	-
Despesas antecipadas		(593.536)	(5.484)
Outros créditos		(224.000)	-
Partes relacionadas - outros créditos		(2.410.750)	(68.908)
Fornecedores		(15.854)	49.827
Partes relacionadas - outras contas a pagar		329.758	-
Obrigações trabalhistas		14.369	-
Obrigações fiscais		(36.408)	207
Outras contas a pagar		887.064	78.018
Caixa utilizado nas atividades operacionais		(4.191.544)	(284.923)
Impostos pagos sobre o lucro		(411)	-
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(4.191.955)	(284.923)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(20.871.443)	(2.291)
Aquisição de imobilizado	7	(9.323.043)	(26.126.061)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(30.194.486)	(26.128.352)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/integralização de capital	9	11.158.527	22.107.525
Arrendamentos pagos		(16.376)	-
Captações de empréstimo e financiamentos	8	27.000.000	-
Custo de captação	8	(82.223)	-
Mútuo com terceiros pessoa jurídica		(4.935.875)	4.800.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	780.000	-
Fluxo de caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		33.904.053	26.907.525
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(482.388)	494.250
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		494.250	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.862	494.250
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		(482.388)	494.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A., “Companhia”, situado na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, Nº 10800, sala 392 - Distrito Industrial, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 15 de março de 2021 e na presente data não entrou em operação.

A Companhia tem como objeto social: (i) a implantação e exploração, em nome próprio ou através da participação em consórcios ou sociedades, da usina de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica denominada EOL Ventos de Santa Luzia 11, na forma permitida em lei e mediante a obtenção das respectivas concessões e autorizações; (ii) a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica; e (iii) a aquisição, no mercado interno e externo, dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

Capital Circulante líquido:

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R\$ 4.881.786 (2021: 4.499.388), parte significativa desse valor é referente a empréstimos ponte, classificados no passivo circulante que serão mitigados e/ou revertidos quando do desembolso dos financiamentos de longo prazo que estão contratados junto ao BNDES (Vide nota de eventos subsequentes) e/ou aporte de acionistas caso necessário.

2. Base de preparação e principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 19 de maio de 2023.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para unidade mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possui premissas e estimativas que representem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em

31 de dezembro de 2022, bem como não apresenta julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.5 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por “*impairment*”. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: fornecedores, mútuo e partes relacionadas.

2.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou quaisquer indícios de “impairment” com relação aos seus ativos não financeiros.

2.7 Ativo imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao

empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados ao empreendimento, são capitalizados ao imobilizado durante o exercício em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.8 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.9 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro presumido, apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

2.10 Arrendamento

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, reconhecendo ativos de direito de uso e passivos de arrendamento calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de uso. Onde o montante do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento a pagar foram trazidos ao valor presente que foi calculada em 7,84% a.a em 2022.

Os contratos objetos da aplicação do referido CPC foram contratos de aluguéis, onde o fluxo de pagamento ocorreu conforme as cláusulas contratuais, obedecendo o período de carência e reajuste pactuados em cada contrato.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia opta por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data do reconhecimento do contrato até o início da fase operacional, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso na rubrica de "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivo de arrendamento" no balanço patrimonial.

2.11 Normas, alterações e interpretações que entraram em vigor em 2022

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 26);
- Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 23).

3. Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2022 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

Análise de sensibilidade

	Saldo 31/12/2022	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras (CP)		Variação do			
- CDB	19.939.284	CDI	20.873.718	20.874.070	20.874.140
Efeito no resultado			2.275	2.627	2.697
Empréstimos e financiamentos	(28.828.945)	IPCA	(27.764.895)	(27.703.585)	(27.691.323)
Efeito no resultado (a)			-	-	-

A Companhia está em período pré-operacional e o reconhecimento de juros sobre empréstimos e financiamentos no resultado foram capitalizados. A Companhia em 2022 capitalizou um montante de R\$ 847.118, que corresponde a totalidade do valor reconhecido no resultado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	11.862	494.250
Total	11.862	494.250

5. Aplicações Financeiras

	31/12/2022
Aplicações financeiras (a)	20.873.718
Total	20.873.718

- (a) A Companhia está em período de construção e mantém suas aplicações financeiras preferencialmente em fundos contratados para esse fim, com baixo risco de crédito. Para aplicações financeiras com prazo inferior a 30 dias a Companhia contratou em 2022 instrumentos de renda fixa de curto prazo com baixo risco de crédito e remuneração com taxas entre 80% e 100% do CDI. O respectivo recurso será aplicado no processos de construção de seu parque.

6. Despesas antecipadas

	31/12/2022	31/12/2021
Custo de empréstimo	151.336	-
Prêmios de seguro a apropriar	447.684	5.484
	599.020	5.484
Ativo circulante	278.970	1.209
Ativo não circulante	320.050	4.275
Total	599.020	5.484

- (a) Os custos de transação enquanto não captados os recursos devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado. Com a captação dos recursos o respectivo saldo será transferido para a rubrica de “Empréstimos e financiamentos” e a baixa do saldo se dará no caso de a operação não se concretizar.

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fazendas Terras		390.000	-	390.000	-
Torres Anemométricas	10%	163.431	(8.172)	155.259	-
Ativo de Direito de Uso Terra	55%	21.672	(7.925)	13.747	-
Imobilizado em andamento	-	8.221.791	-	8.221.791	258.107
Juros sobre empréstimos capitalizados		847.118		847.118	-
Adiantamento a fornecedores	-	27.504.153	-	27.504.153	25.867.954
Total	10%	36.301.047	(16.097)	36.284.950	26.126.061

b) Movimentação do imobilizado

	31/12/2021	Adições	Transferências	Baixas	Depreciação	31/12/2022
Fazendas Terras	-	390.000	-	-	-	390.000
Torres Anemométricas	-	163.431	-	-	(8.172)	155.259
Compensação Técnica	-	-	-	-	-	-
Ativo de Direito de Uso						
Terra	-	21.672	-	-	(7.925)	13.747
Imobilizado em andamento	258.107	7.017.190	99.376	-	-	7.374.673
Juros sobre empréstimos capitalizados	-	847.118	-	-	-	847.118
Adiantamento a fornecedores	25.867.954	1.752.422	(99.376)	(16.847)	-	27.504.153
Total	26.126.061	10.191.833	-	(16.847)	(16.097)	36.284.950

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui em adições R\$ 21.672 de ativos de direito de uso e R\$ 847.118 de juros sobre empréstimos capitalizados que não tiveram efeito no caixa.

	31/12/2020	Adições	Depreciação	31/12/2021
Imobilizado em andamento	-	258.107	-	258.107
Adiantamento a fornecedores	-	25.867.954	-	25.867.954
Total	-	26.126.061	-	26.126.061

a) Arrendamento mercantil

Política contábil

A Companhia adotou o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) utilizando do método de transição retrospectiva cumulativa, sem a reapresentação dos valores comparativos, conforme expediente prático previsto na referida norma. Com isso, os ativos e passivos na data do reconhecimento são os mesmos, e foram calculados por meio da projeção dos fluxos reais de pagamentos das contraprestações fixas pelo prazo de desenvolvimento, trazidos a valor presente pela taxa nominal incremental de empréstimos que foi calculada em 7,84% ao ano.

Durante a fase operacional futura, os fluxos de pagamentos previstos contratualmente serão todos de contraprestação variável com base em percentual sobre as receitas futuras, cujos valores não estão contemplados no cálculo, conforme previsto na norma.

A seguir, um resumo dos valores contabilizados na data inicial e a movimentação dos itens de ativo e de passivo ao longo de todo o exercício de 2022:

Ativo de direito de uso:

	Terrenos
	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adições	21.672
Amortização	(7.925)
Saldo final	13.747

Obrigações com arrendamento:

	Terrenos
	31/12/2022
Saldo inicial	-
Adições	22.345
Juros a incorrer	(673)
Juros incorridos	430
Pagamentos	(16.376)
Saldo final	5.726
Circulante	5.726
Não circulante	-

8. Empréstimos e financiamentos

Em 06 de outubro de 2022 foi celebrado o Termo da primeira emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, em até duas séries para distribuição pública com esforços restritos da Ventos de São Canuto IV Energias Renováveis S.A no valor nominal de R\$ 64.400.000, sendo R\$ 27.000.000 correspondentes às Notas Comerciais da Primeira Série e até R\$ 37.400.000 correspondentes às Notas Comerciais da Segunda Série. A Escritura de Emissão não inclui cláusulas financeiras restritivas (covenants financeiros), e as demais obrigações (covenants não financeiros) definidas no documento são as usuais em operações de emissão de notas comerciais. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontrava-se adimplente com suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão das notas comerciais.

Sobre o valor nominal das notas comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, expressas na forma percentual ao ano. A remuneração utilizará base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e será calculada e divulgadas diariamente pela B3 (“Taxa DI”), acrescida de spread(sobretaxa) a ser definida no Procedimento de Bookbuilding, limitado a 3,00% (três por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração das Notas Comerciais da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração das Notas Comerciais da Primeira Série, “Remuneração”).

Em 14 de outubro de 2022 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao instrumento particular do Termo da primeira emissão de notas comerciais escriturais, não conversíveis em ações, em até duas séries, alterando prazo de vencimento das Notas Comerciais da Primeira Série, vencendo em 18 de outubro de 2023 e as Notas Comerciais da Segunda Série em 18 de outubro de 2023.

As Notas Comerciais são garantidas por meio de alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão da emitente detidas pelas acionistas, a ser constituída pelos acionistas em favor dos titulares, representados pelo agente fiduciário, nos termos do instrumento particular de alienação fiduciária de ações e outras avenças a ser celebrado entre os acionistas, o agente fiduciário e a emitente (respectivamente, “contrato de alienação fiduciária” ou “contrato de garantia” e “alienação fiduciária de ações”).

A Companhia apresenta somente covenants não financeiros estipulados em contrato. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia encontrava-se adimplente com todas essas obrigações.

a. Composição do saldo

	Tipo	31/12/2022
Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	Notas comerciais	27.764.895
Total		27.764.895

b. Movimentação da conta

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Captações de empréstimos e financiamentos	27.000.000
Custo de captação	(82.223)
Capitalização de imobilizado (a)	847.118
Saldo em 31 de dezembro de 2022	27.764.895
Circulante	27.764.895
Não circulante	-

(a) Refere-se aos juros, ativados durante o período pré-operacional da Companhia.

9. Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$ 33.266.052 (2021: R\$ 22.107.525) e está representado por 33.266.052 (2021: 22.107.525) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	31/12/2022		31/12/2021	
	(%) de ações	Valor	(%) de ações	Valor
Acionistas				
CDV Holding S.A.	70%	23.286.236	-	-
Serra do São Bento	30%	9.979.816	-	-
Salus Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	-	-	100%	22.107.525
Total	100%	33.266.052	100%	22.107.525

Aumento de capital

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 19 de setembro de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 2.880.800 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 2.880.800 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

De acordo com Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 20 de setembro de 2022, foi subscrito capital no montante de R\$ 7.277.727 e integralizado capital nesta data no montante de R\$ 7.151.468 com moeda funcional da Companhia com entrada em caixa e equivalente de caixa.

No exercício de 2022, foram realizadas integralizações de capital conforme boletins de integralizações no montante de R\$ 1.126.259 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

E também, foram realizados adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 780.000 com entrada em caixa e equivalente de caixa.

10. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Amortizações e Depreciações	(16.097)	-
Despesas com Escritórios	(207)	-
Despesas Com Relações com o Mercado	(7.802)	-
Despesas Legais	(77.520)	-
Mão-de-Obra	(43.850)	-
Despesas com propriedades	-	(1.383)
Tributos e contribuições	(9.624)	(326)
Serviços - pessoa jurídica (b)	(1.702)	(1.503)
Compartilhamento de despesa (a)	(909.995)	(337.615)
Seguros	(29.191)	(1.042)
Total	<u>(1.095.988)</u>	<u>(341.869)</u>

(a) Refere-se a despesas administrativas que são incorridas e pagas pela Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A e posteriormente rateadas para a Companhia mediante contrato de compartilhamento de custos assinado pelas partes.

(b) Refere-se a consultorias e serviços de mão de obra.

11. Resultado financeiro

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações (a)	2.275	2.291
Outras Receitas financeiras	1	-
	<u>2.276</u>	<u>2.291</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre mútuo	(462.110)	(91.876)
Tarifas bancárias	(2.932)	(574)
IOF	(66.692)	(43.999)
Agente fiduciário	(14.309)	-
Juros sobre direito de uso	(430)	-
	<u>(546.473)</u>	<u>(136.449)</u>
Total	<u>(544.197)</u>	<u>(134.158)</u>

(a) Os rendimentos das aplicações financeiras que são vinculadas a construção dos ativos qualificáveis não transitam pelas contas de resultado, e estão deduzidos dos custos dos empréstimos incorridos.

12. Partes relacionadas

Os principais saldos de passivos em 31 de dezembro de 2022, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

Em 31 de dezembro 2022

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	2.479.658

Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	407.776
Mútuo: Serra de São Bento Energia I S.A.	-
Resultado	-
Compartilhamento de despesas (b)	909.995

Em 31 de dezembro 2021

Ativo	
Partes relacionadas - outros créditos (b)	68.908
Passivo	
Partes relacionadas – outras contas a pagar (a) (b)	78.018
Mútuo: Serra de São Bento Energia I S.A.	4.935.875
Resultado	
Compartilhamento de despesas (b)	337.615

- (a) A Companhia possui operações com partes relacionadas decorrente do contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Ventos de São Guilherme Energias Renováveis S.A.
- (b) A Companhia possui imobilizações em andamento e despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias de ativo e passivo até a sua liquidação.

Remuneração da Administração

De acordo com o termo de posse da AGE realizada em 08 de dezembro de 2022, os Diretores ora empossados renunciam ao recebimento de quaisquer valores a título de remuneração pelo exercício do referido cargo de Diretor da Companhia.

13. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

	<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Caixas e equivalentes de caixa	11.862	11.862	494.250	494.250
Aplicações financeiras	20.873.718	20.873.718		
Partes relacionadas (outros créditos)	2.479.658	2.479.658	68.908	68.908
Fornecedores	-33.973	-33.973	-49.827	-49.827
Empréstimos e financiamentos	-27.764.895	-27.764.895	-	-
Mútuo	-	-	-4.935.875	-4.935.875
Partes relacionadas (outras cotas a pagar)	-407.776	-407.776	-78.018	-78.018
Outras contas a pagar	-887.064	-887.064	-	-
Total	<u>-5.728.470</u>	<u>-5.728.470</u>	<u>-4.500.562</u>	<u>-4.500.562</u>

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não apresentava instrumentos financeiros derivativos.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão avaliados ao custo amortizado não existindo avaliação sobre hierarquia de valor de justo.

14. Imposto de renda e contribuição social corrente

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	31/12/2022
IR/CS corrente	<u>(206.076)</u>

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstrados a seguir:

	31/12/2022
Receita operacional bruta	-
Alíquota de presunção	8%
Lucro presumido	
IRPJ adicional / Outras receitas não operacionais (a)	<u>599.512</u>
Alíquota vigente	25%
Imposto de renda corrente	(149.878)
CSLL/alíquota de presunção	12%
CSLL/Lucro presumido	
Outras receitas não operacionais (a)	624.422
Alíquota vigente	9%
Contribuição social corrente	(56.198)

(c) Trata-se de receitas financeiras.

As diferenças de bases da receita financeira são decorrentes ao descrito na nota 10.a.

15. Contingências

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliou não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

16. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2023 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor de R\$ 209.000.000 para aquisição e instalação de aerogeradores, realização de obras civis e implementação de sistema de transmissão associado ao projeto.